

SUMÁRIO



Introdução	11
-------------------------	-----------

Capítulo 1

O Universalismo do Acesso à Justiça	21
--	-----------

1.1 A origem da conciliação e mediação.....	22
1.1.2 Gabinete de Conciliação, a justiça de paz e a decadência da conciliação após o segundo reinado	26
1.1.3 O retorno da conciliação no Código de Processo Civil de 1973 e a Lei dos Juizados Especiais de Pequenas Causas.....	30
1.1.4 A Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça e o novo paradigma da solução pacífica dos conflitos	36
1.1.5 O Novo Código de Processo Civil e a Lei de Mediação .	39
1.1.6 Provimentos do Conselho Nacional de Justiça referentes à Mediação e à Conciliação	41
1.2 O acesso à justiça como direito Humano e Direito Fundamental	41
1.2.1 Os Direitos Humanos	43
1.2.2 Do Direito ao Desenvolvimento.....	44
1.2.3 O Desenvolvimento Econômico.....	50

1.2.4 O Desenvolvimento Sustentável.....	55
1.2.5 O Acesso à Justiça Como Direito Humano e Direito ao Desenvolvimento Social e Econômico	59
1.2.6 Considerações finais	63

Capítulo 2

O Poder Judiciário Brasileiro e seu Reflexo no Desenvolvimento Econômico..... 65

2.1 A deficiência orçamentária e estrutural jurisdicional em face do excesso de demandas judiciais e a mediação e conciliação como forma de auxílio do Poder judiciário.....	66
2.1.1 O Orçamento do Poder Judiciário no Brasil e no Tribu- nal de Justiça do Estado de São Paulo	67
2.1.2 Da análise dos Impostos e Taxas e seu papel no Finan- ciamento da Justiça	74
2.1.3 Concretização da viabilidade econômica do Poder Ju- diciário	83
2.2 A mediação de conflitos empresariais como fonte de desen- volvimento econômico e realizador da função social e solidá- ria da empresa.....	90
2.2.1 A função social e solidária da empresa	93
2.2.2 A responsabilidade social da empresa.....	100
2.2.3 A conciliação e a mediação como instrumento processual de efetivação da função social e solidária da empresa.....	102
2.2.4 A mediação de conflitos no contexto empresarial.....	106
2.2.5 Considerações Finais	111

Capítulo 3

A Nova Face da Mediação e Conciliação no Direito Brasileiro 113

3.1 Sistema, Tribunal ou Justiça Multiportas ou <i>Multi Door System</i>	113
3.2 Uma análise sobre a Lei da Mediação (Lei 13.140/2015) e seus reflexos no Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).....	121
3.2.1 Noções Introdutórias à Lei da Mediação.....	122
3.2.2 Princípios norteadores da Lei da Mediação.....	124
3.2.3 Os Mediadores Extrajudiciais	124
3.2.4 Os Mediadores Judiciais.....	125
3.2.5 Impedimentos e Suspeições	129
3.2.6 A Mediação Extrajudicial prevista na Lei 13.140, de 2015	132
3.2.7 A Mediação Judicial	135
3.2.8 Regras gerais sobre a autocomposição de conflitos quando uma das partes for pessoa jurídica de direito público.....	137
3.2.9 Regras específicas para os conflitos envolvendo a administração pública federal.....	140
3.2.10 Propostas de acordo formuladas pela Administração Pública Federal.....	145
3.3 A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E DIGNIDADE HUMANA...	147
3.3.1 Transferências de competências para o Serviço Extrajudicial	147
3.3.2 O Regime Jurídico dos Notários e Registradores.....	156
3.3.3 Regulamentação do Conselho Nacional de Justiça acerca da Mediação e Conciliação.....	162
3.3.4 Provimento 67, de 26 de março de 2018 do Conselho Nacional de Justiça.....	169
3.3.4.1 Provimento 72, de 27 de junho de 2018 do Conselho Nacional de Justiça.....	192

3.2.4.2	Recomendação n. 28, de 17 de agosto de 2018, do Conselho Nacional de Justiça.....	199
3.2.5	Os benefícios da atuação do Tabelião e do Registrador na solução de conflitos	201
	Conclusão	207
	Referências.....	213